

DIDÁTICA CRÍTICA E CURRÍCULO: RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO E À TECNOCRACIA NA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

*Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca**

Universidade Federal de Goiás (UFG)

<https://orcid.org/0000-0003-3526-0227>

*Daniela da Costa Britto Pereira Lima***

Universidade Federal de Goiás (UFG)

<https://orcid.org/0000-0002-1075-2113>

*Marilza Vanessa Rosa Suanno****

Universidade Federal de Goiás (UFG)

<https://orcid.org/0000-0001-5892-1484>

RESUMO

Este artigo explora como a didática crítica e dialética pode contribuir para uma educação emancipatória, resistindo às tendências neoliberais e tecnocráticas nas políticas educacionais contemporâneas. A didática é reafirmada como enfoque pedagógico e força de resistência frente a políticas de currículo que atuam como campos de disputa e podem promover o controle ideológico. Assim, ela se torna um instrumento essencial para questionar e transformar narrativas dominantes no espaço educacional. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica com abordagem analítico-descritiva. O estudo revela que reafirmar a didática crítica como uma forma de insurgência contra o neoliberalismo requer políticas curriculares que abordem as causas profundas dos problemas sociais. Dessa forma, a didática crítica emerge como um meio de subverter imposições, contribuindo para a promoção de um currículo que favoreça a formação de cidadãos ativos, capacitados a refletir criticamente sobre contradições sociais e a transformá-las.

Palavras-chave: Didática Crítica; Educação Emancipatória; Políticas Educacionais; Neoliberalismo; Currículo.

* Doutoranda e Mestrada em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Formadora de Professores nas linhas de Informática, Mídias na Educação, Alfabetização, Letramento e Coordenação Pedagógica. Integrante desde 2014 do GEaD (Grupo de Estudo da Educação a Distância) da UFG. E-mail: cidafonseca.rodrigues@gmail.com

** Pós-Doutorado em Educação pela UFMT (2019)/Bolsa Capes/Fapeg, doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013)/Bolsa Fapeg-Goiás. Associada da Universidade Federal de Goiás no Curso de Pedagogia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFG (2022-atual). Líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologias e Educação a Distância (GEaD/UFG/DGP-CNPq). E-mail: daniela_lima@ufg.br

*** Pós-doutorado pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília UCB (2015). Doutorado sanduíche realizado na Universidade de Barcelona UB (2011/2012). Professora efetiva da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás UFG. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/FE/UFG. Líder do DIDAKTIKÉ Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas. E-mail: marilzasuanno@uol.com.br

ABSTRACT

CRITICAL DIDACTICS AND CURRICULUM: RESISTANCE TO NEOLIBERALISM AND TECHNOCRACY IN EMANCIPATORY EDUCATION

This article explores how critical and dialectical didactics can contribute to an emancipatory education that resists neoliberal and technocratic tendencies in contemporary educational policies. Didactics is established as a pedagogical approach and a force of resistance against curricular policies that serve as fields of dispute and can promote ideological control. Thus, it becomes an essential tool for questioning and transforming dominant narratives within the educational field. The methodology employed is bibliographical research with an analytical-descriptive approach. The study demonstrates that the affirmation of critical didactics as a form of insurgency against neoliberalism necessitates curricular policies that address the root causes of social problems. In this context, critical didactics emerge as a means of subverting impositions, contributing to the development of a curriculum that fosters the formation of active citizens capable of critically reflecting on social contradictions and effecting transformation.

Keywords: Critical Didactics; Emancipatory Education; Educational Policies; Neoliberalism; Curriculum.

RESUMEN

DIDÁCTICA CRÍTICA Y CURRÍCULO: RESISTENCIA AL NEOLIBERALISMO Y A LA TECNOCRACIA EN LA EDUCACIÓN EMANCIPADORA

Este artículo explora cómo la didáctica crítica y dialéctica puede contribuir a una educación emancipadora y resistir a las tendencias neoliberales y tecnocráticas de las políticas educativas contemporáneas. La didáctica se reafirma como enfoque pedagógico y fuerza de resistencia frente a las políticas curriculares que actúan como campos de disputa y pueden promover el control ideológico. Así, se convierte en una herramienta esencial para cuestionar y transformar las narrativas dominantes en el ámbito educativo. La metodología utilizada es la investigación bibliográfica con enfoque analítico-descriptivo. El estudio revela que reafirmar la didáctica crítica como forma de insurgencia contra el neoliberalismo requiere políticas curriculares que aborden las causas profundas de los problemas sociales. Así, la didáctica crítica emerge como un medio para subvertir las imposiciones y contribuir a la promoción de un currículo que favorezca la formación de ciudadanos activos, capaces de reflexionar críticamente sobre las contradicciones sociales y transformarlas.

Palabras clave: Didáctica Crítica; Educación Emancipadora; Políticas Educativas; Neoliberalismo; Currículo.

Considerações iniciais¹

“A quem interessa silenciar as nossas vozes?”.
(Pimenta, 2019)

A epígrafe em questão apresenta uma relação intertextual com Bourdieu (1996), que concebe a educação como um campo de forças em que há luta constante entre grupos que buscam estabelecer suas posições e interesses. Nesse sentido, distintas concepções e orientações de organismos multilaterais e grupos de interesses diversos – como empresários, religiosos, burocratas e legisladores – buscam se apropriar, ideologicamente, da escola como instituição de produção do conhecimento formal, da elaboração de políticas de currículo e da didática em suas interfaces com a educação.

Contudo, é possível contrapor a ação desses organismos e grupos à defesa de Freire (1974) que afirma que toda a opressão se esconde atrás de atos falsos de generosidade ao buscar o silenciamento daqueles que defendem a educação como bem público e direito de todos. Dessa forma, é importante que as intencionalidades educacionais estejam sempre atentas às instâncias e posições em disputa no campo educacional, especialmente no que diz respeito às políticas curriculares, a fim de garantir uma educação crítica, emancipatória e promotora da transformação social.

Para compreender a educação de forma crítica e dialética, é necessário refletir intensamente sobre as propostas, abordagens e discursos hegemônicos presentes nesse campo de disputas. Entre esses discursos, as políticas de currículo emergem como instrumentos ideológicos que podem tanto fortalecer uma educação tecnocrática e conservadora quanto abrir caminhos para a emancipação. É essencial desvelar os objetivos reais que subjazem a esses discursos,

examinando contextos, fundamentos, conceitos, concepções e motivações a partir dos quais a educação e a didática se instituem, identificando as múltiplas expressões que se valem da polissemia das palavras “educação” e “didática”, bem como as influências neoliberais sobre a construção curricular.

À luz da teoria freiriana, a didática crítica e dialética está diretamente relacionadas a uma educação que tem como base referências sociais. Essa perspectiva busca promover a emancipação e a mudança social, sendo vista tanto como um direito de todos quanto uma responsabilidade do Estado. Para que isso se concretize, é essencial entender os atores e os elementos que, de maneira formal ou informal, influenciam sua realização, além dos conflitos que surgem ao redor desse processo, particularmente no que tange às políticas de currículo, que materializam os caminhos da educação.

Nesse sentido, Oliveira (2013) questiona o modelo educativo e curricular que promove uma falsa homogeneidade ao reduzir o direito à diferença e descaracteriza os sujeitos em sua diversidade. Tais políticas acabam por favorecer processos que padronizam a educação ao desconsiderar as diferentes realidades socioculturais. Em um cenário histórico e econômico que exclui grande parte da população, torna-se crucial resistir, questionar e buscar transformar essas práticas educativas, recolocando a educação como prioridade em uma agenda social voltada para a emancipação.

É a partir desse panorama que se estrutura este artigo, cujo objetivo central é reafirmar a importância das críticas didática e dialética enquanto movimentos de resistência às tendências hegemônicas contemporâneas, tais como o neoliberalismo, o instrumentalismo, o neoconservadorismo e o neotecnicismo, assim como às políticas curriculares que perpetuam essas ideologias. Para alcançar esse objetivo,

1 Tradução dos títulos, resumos, palavras-chave, revisão do texto e normalização realizados por Rodrigo Gouvêa Rodrigues. Doutorando em Educação, Mestre em Letras e Licenciatura em Letras. Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

adotou-se como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica. Conforme ressaltam Lima e Miotto (2007 p. 38), esse tipo de pesquisa “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, que, por isso, não pode ser aleatório”. Diante disso, o percurso metodológico do artigo revela-se coerente com seu propósito, uma vez que se trata de uma abordagem analítica-descritiva fundamentada na interpretação de fontes secundárias.

A análise concentra-se em livros, artigos científicos, dissertações, teses e demais publicações pertinentes, técnica apropriada para sustentar a reflexão teórica proposta. Essa escolha metodológica revela-se adequada, dado que o objetivo principal do artigo é sustentar teoricamente a didática crítica e dialética como alternativa pedagógica frente aos desafios contemporâneos impostos por uma educação cada vez mais pautada em uma lógica tecnicista e acrítica. Com isso, o artigo busca evidenciar como essa abordagem pedagógica se posiciona de forma a enfrentar as questões relativas ao currículo, propondo-se a desconstruir modelos que visam apenas a formação técnica.

Ainda que o debate em torno dessas questões não seja recente, conforme aponta Suanno (2022, p. 58), “o campo educacional brasileiro tem vivido um cenário de retrocessos com o avanço das investidas neoliberais aliadas às forças neoconservadoras, ambas pouco sensíveis à democracia, à pluralidade de ideias e à diferenciação pedagógica”. Nesse sentido, a relevância deste estudo torna-se evidente, pois visa lançar luz sobre a reconfiguração do neoliberalismo, especialmente em suas manifestações contemporâneas. Tais tendências influenciam as políticas de currículo, reforçando a formação de sujeitos técnicos e obedientes, em detrimento de uma educação crítica e reflexiva, imprescindível para a transformação social.

Dessa forma, este artigo se propõe a questionar a manutenção da ideologia dominante e sua influência direta no campo educacional,

particularmente no âmbito das políticas curriculares, que frequentemente reforçam uma formação tecnicista e adaptada ao mercado. Ao fazer isso, o artigo busca oferecer uma alternativa pedagógica que promova uma formação humanizadora e emancipatória.

Logo, evidencia-se que o estudo da didática crítica e dialética é necessário e atual, considerando o contexto contemporâneo de ascensão capitalista e de pedagogias ultraliberais que, por meio das políticas curriculares, visam principalmente à preparação dos indivíduos para o mercado, em detrimento de uma educação crítica e reflexiva (Suanno, 2022). A didática crítica e dialética enfatiza a importância da construção de uma prática educativa que vá além da transmissão de conteúdos prescritos por essas políticas tecnocráticas, proporcionando aos estudantes a formação de uma consciência crítica e a capacidade de participação ativa na sociedade.

Nesse sentido, o artigo organiza a discussão em três partes. Na primeira, revisitam-se os conceitos fundamentais, objetivos, objetos e concepções da didática. Em seguida, aborda-se o obscurantismo do neoliberalismo, do instrumentalismo, do neoconservadorismo e do neotecnicismo, além de analisar como as políticas de currículo têm sido influenciadas por essas forças que buscam controlar o processo educacional e limitar a reflexão crítica. Por fim, reafirma-se o potencial da didática crítica e dialética como um movimento insurgente, capaz de resistir a essas tendências e de transformar o processo educacional.

A análise não aponta para uma conclusão definitiva; pelo contrário, abre-se espaço para novos e possíveis diálogos sobre essa temática emergente. Reafirma-se a didática crítica e dialética como uma abordagem essencial para enfrentar o obscurantismo do neoliberalismo, do instrumentalismo, do neoconservadorismo e do neotecnicismo, oportunizando elementos para a promoção de políticas curriculares de bases sólidas para a construção de uma educação libertadora e emancipadora.

História, complexidade e tendências críticas da didática no Brasil

Principia-se este tópico partindo da acepção da didática como uma teia de saberes, evocando a ideia de uma rede de conhecimentos compartilhados que se entrelaçam e se conectam, e cuja história e tendências críticas requerem um mergulho em suas nuances e detalhes. Dessa forma, para se conhecer a gênese da didática, é preciso averiguá-la como uma invenção da modernidade, associada à invenção da escola, imbrincada ao capitalismo e incorporando a contradição inerente ao processo educativo e à totalidade do ser humano (Castanho, M.; Castanho, S., 2008). Atualmente, a questão da didática é complexa devido às diferentes bases teórico-metodológicas que a discutem, sendo importante abordá-la de forma crítica e problematizando o ensino e a aprendizagem como produtores de realidades socioculturais e de mecanismos para a compreensão de desigualdades históricas (Suanno, 2021).

Faria (2015) destaca que o objetivo central da didática se situa no ensino e em sua intencionalidade, assim como na amplitude dos sujeitos envolvidos no processo: professor e estudante. A autora também cita o objeto em disputa como elemento importante nesse processo, isto é, o conhecimento, que precisa ser estudado em sua perspectiva histórico-social. Verifica-se, assim, que a didática possui um potencial significativo para contribuir em diferentes aspectos educacionais, como a ampliação do currículo, as relações interpessoais e o conhecimento, visando entender as diferentes formas pelas quais os sujeitos aprendem (Suanno, 2015).

Sobre a historicidade da didática no Brasil, Castanho, M. e Castanho, S. (2008) explicam que é um campo de conhecimento sobre o ensino e que a arte de ensinar engloba a ciência da educação, a disciplina pedagógica, o campo de investigação e o exercício profissional, fundamentais para uma formação docente consistente. Evidencia-se que no Brasil a história

da didática pode ser dividida em períodos que incluem desde a didática jesuítica, a pombalina, a cientificista, a liberal-cientificista, o escolanovismo, a proposta histórico-crítica, a crise do programacionismo e do construtivismo até a didática individualista.

Desde 1988, a didática diversificou-se e assumiu abordagens como a prática docente problematizada, o resgate e a análise crítica da memória educativa e a utilização da pesquisa etnográfica nos cursos de didática como meio de investigação metódica acerca da prática pedagógica (Suanno, 2015). A didática possui múltiplas dimensões e referências que influenciam na formação de suas abordagens, as quais estão em consonância ou em confronto com as relações sociais, econômicas e culturais vigentes em determinado período histórico.

Pimenta (2019), ao analisar as múltiplas dimensões da didática e sua centralidade na formação de professores, discute as tendências em evidência no Brasil. A estudiosa aponta que, ao longo das duas primeiras décadas deste século, foi possível traçar

[...] um mapa provisório das recentes tendências críticas que emergiram (ou foram reconfiguradas) na área nas duas décadas deste século. São elas: Didática Crítica Intercultural (CANDAU, 2000, 2010); Didática Crítica Dialética Reafirmada (PIMENTA, 2008; OLIVEIRA, 2009); Didática Desenvolvimental (LONGAREZI; PUENTES, 2011); Didática Sensível (D'ÁVILA, 2011, 2018); Didática Multidimensional (FRANCO; PIMENTA, 2014, 2016) (Pimenta, 2019, p. 40).

Entre as múltiplas dimensões abordadas pela didática e as tendências críticas na área, destaca-se o foco deste estudo: a didática crítica e dialética. Essa escolha decorre da compreensão de que as políticas neoliberais adotadas no Brasil têm gerado tensões significativas na área educacional, resultando em uma reestruturação das esferas econômica, política e social, o que exige novas abordagens no campo da educação. Nesse contexto, destaca-se a necessidade “de aprofundar, retificar, ampliar a densidade da didática crítica” (Franco 2019, p. 69).

Sobre essa dimensão, Faria (2011, p. 201) explica que, “[...] no âmbito das sistematizações e proposições sobre a didática, a expressão desse ideário chega pela pedagogia crítico-social dos conteúdos”. Institui-se um movimento de constituição da didática crítica dialética, já enfatizado desde 1988 por Maria Rita Oliveira, que defendia a necessidade de uma abordagem não dicotomizada entre teoria e prática pedagógicas, considerando o ensino em suas múltiplas dimensões articuladas à prática social.

Faria (2011, p. 201) acrescenta que, “[...] no âmbito das sistematizações e proposições sobre a didática, a expressão desse ideário chega pela pedagogia crítico-social dos conteúdos”. Esse movimento de constituição da didática crítica e dialética enfatizado desde 1988 por Maria Rita Oliveira, defende a necessidade de uma abordagem que não dicotomize teoria e práticas pedagógicas, considerando o ensino em suas múltiplas dimensões, sempre articuladas à prática social.

Pimenta (2018) destacou a insurgência da didática em suas ondas críticas, referindo-se às diversas correntes de pensamento que se opõem à visão predominante que reduz a educação a técnicas e métodos de ensino, desconsiderando o contexto social, político e cultural em que se está inserida.

Em 2021, ainda em meio ao caos causado pela Covid-19 e ao crescimento de movimentos conservadores, Marilza Vanessa Rosa Suanno trouxe uma proposta de resistência ao neoliberalismo e ao neotecnicismo na educação. Por meio da didática crítica e dialética, a autora enxerga maneiras de enfrentar os desafios criados por essas políticas, procurando alternativas para promover uma educação mais inclusiva e voltada para a humanização.

Franco (2019), Faria (2011), Pimenta (2018) e Suanno (2021) enfatizam, cada uma em seu respectivo contexto histórico e social, a urgência de uma didática que seja crítica e reflexiva, comprometida com a transformação social. Essas autoras também destacam a importância de uma articulação constante que

reafirme esses princípios. Pimenta (2018), ao apontar que as abordagens críticas na didática estão em constante evolução, reforça a necessidade de preservar a educação como um instrumento de transformação social, evitando sua redução a um simples treinamento para o mercado de trabalho.

Dessa forma, verifica-se o reconhecimento e a importância de uma didática crítica e dialética como resistência às influências do neoliberalismo, instrumentalismo, conservadorismo e neotecnicismo na educação contemporânea. A defesa dessa abordagem exige um aprofundamento dos seus fundamentos teóricos, bem como uma análise detalhada de seus impactos no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a concepção de didática crítica, desenvolvida por Oliveira (1988), se destaca e permanece relevante até os dias atuais, devido à ênfase na integração entre teoria e prática e na articulação da educação com a transformação social.

Essa aceção da didática desenvolvida por Oliveira (1988) evidencia o caráter expresso por um conteúdo que

[...] se articula à prática social, enquanto pressuposto e finalidade da educação; é problematizado a partir de temas extraídos da realidade sociocultural; propõe o tratamento não dicotomizado entre teoria e prática pedagógica; vai além dos métodos e técnicas de ensino; articula a didática vivida com a didática pensada; aborda o ensino em suas múltiplas dimensões, assumindo-o como uma atividade direcional (Oliveira, 1988, p. 40).

Os critérios abordados apresentam uma perspectiva crítica sobre a didática, destacando a relevância de se conectar a prática social à educação. Oliveira (1988) defende que a didática precisa ir além de ser apenas um conjunto de métodos e técnicas de ensino; ela deve levar em conta o contexto sociocultural dos estudantes e fomentar uma integração entre teoria e prática pedagógica, sem separá-las de forma rígida. Além disso, a autora enfatiza a necessidade de abordar o ensino em suas múltiplas dimensões, reconhecendo-o como

uma atividade direcional. Isso implica que a didática deve instituir-se como mecanismo que capacite os discentes a se tornarem indivíduos e cidadãos críticos e reflexivos.

Suanno (2021), ao corroborar a importância da didática crítica e dialética, aborda essa perspectiva como uma oposição ao ideário neoliberal e à concepção tecnicista de educação. Nessa abordagem, ensinar não é sinônimo de transmissão de informações, mas efetiva-se pela promoção e aquisição consciente do saber, reconhecendo o estudante como um cidadão ativo e participativo no processo de ensino, fundamental para a construção de uma educação crítica e transformadora.

Nessa perspectiva, é importante destacar que Pimenta (2019, p. 31) ressalta que, na didática crítica e dialética, “[...] os saberes teóricos propositivos se articulam aos saberes da prática, ao mesmo tempo ressignificando-os e sendo ressignificados”. Essa articulação permite que o professor se compreenda como profissional ao assimilar seu papel no contexto macro em que atua e o capacita a ser um agente interventor e transformador de sua realidade. Em arremate, entende-se que a teoria, ao ser integrada à prática, não só reforça a identidade profissional do educador, como o habilita a contribuir ativamente para a transformação social.

Abordagem crítica e dialética contra o neoliberalismo, instrumentalismo e neotecnicismo

Este tópico propõe uma reflexão sobre as ideologias neoliberais, instrumentalistas e neotecnicistas, bem como seus efeitos sobre a educação. Para entender essas influências, é necessário contextualizar as transformações políticas e econômicas que emergiram no final da década de 1970 e no início dos anos 1980, impulsionadas pela lógica capitalista de produção conhecida como neoliberalismo. Essa ideologia, que ganhou força especialmente

nos Estados Unidos, moldou profundamente as políticas educacionais, promovendo uma abordagem tecnocrática e voltada para as demandas do mercado.

O neoliberalismo, considerado por muitos como uma forma atualizada de liberalismo, caracteriza-se principalmente pela redução da interferência do Estado na sociedade e pela participação de diversos atores na condução de questões estatais. Além disso, essa doutrina promove a abertura ao capitalismo globalizado, facilitando a criação e a expansão de grandes empresas transnacionais. Trata-se de uma ideologia contraposta ao keynesianismo², que defende a intervenção estatal na economia, especialmente no controle da inflação, na geração de empregos e na promoção de políticas públicas sociais (Faria, 2011).

Nos anos de 1990, conforme Faria (2011), a consolidação efetiva do neoliberalismo ocorreu com o “Consenso de Washington”, materializado em uma reunião que contou com a participação de representantes de organismos internacionais neoliberais dos países centrais, pensadores e alguns governantes de países da América Latina. O objetivo do encontro foi avaliar as reformas econômicas a serem implementadas. Conforme Faria (2011), o Brasil foi um dos países latinos que aderiu mais tardiamente ao Consenso e, com essa adesão, iniciou o processo de privatização de empresas estatais.

Segundo Fonseca (2020), durante o período entre 1995 e 2002, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, as políticas neoliberais se consolidaram no Brasil, com o objetivo de instaurar um processo de internacionalização da atuação do Estado. Isso levou à adoção de uma lógica político-administrativa focada em eficiência e eficácia, com forte ênfase na globalização. No entanto, ideologicamente,

2 Keynesianismo: Doutrina econômica baseada nas ideias de John Maynard Keynes, que defende uma intervenção do Estado na economia para garantir a estabilidade do sistema capitalista. Suas propostas incluem o investimento público para estimular a demanda, a regulação do mercado e a adoção de políticas fiscais e financeiras externas para o pleno emprego e o crescimento econômico (Silva, 1995).

a política neoliberal desarticulou a economia, depreciando o bem público em benefício do setor privado. Esse processo incluiu a promoção de privatizações, a abertura de mercados educacionais e o aumento da produtividade e da lucratividade, resultando em um desenvolvimento econômico excludente.

O neoliberalismo tornou-se hegemônico no Brasil, afetando a ideopolítica e, no âmbito da educação, influenciando teorias pedagógicas. Negreiros (2020) ressalta que essa ideologia se estendeu à educação, originando tendências como o neotecnicismo, o instrumentalismo e o neoconservadorismo. O neotecnicismo enfatiza o uso de tecnologias no processo educativo, transformando a aprendizagem em uma atividade altamente mecanizada, com pouca consideração pela dimensão humana. Já o instrumentalismo reduz a educação a uma ferramenta voltada exclusivamente para a formação de capital humano, negligenciando as dimensões sociais e culturais da formação humana.

Quanto ao neoconservadorismo, Lima e Hipólito (2019) explicam que sua origem remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. Essa ideologia foi construída a partir da fusão de ideias provenientes do velho conservadorismo e do libertarianismo. A combinação dessas correntes resultou em uma doutrina que, ao mesmo tempo que incorpora princípios conservadores - como a centralidade da sociedade em torno de crenças e laços sociais baseados em valores morais comuns -, defende o foco no indivíduo e na sua capacidade de escolha.

No Brasil, segundo Lima e Hipólito (2019), essa corrente de ideias conservadoras é formada por libertarianismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo, e se manifesta de maneira clara na política e na educação. Essa influência é evidente na atuação de grupos religiosos, especialmente evangélicos, no parlamento, bem como na apresentação de inúmeros projetos de lei em âmbitos municipal, estadual e federal.

O currículo educacional no país é um campo

em disputa, uma vez que grupos conservadores e neoliberais buscam impor suas definições e agendas. Essas observações ressaltam a necessidade de atenção aos desafios e aos possíveis retrocessos que o Brasil pode enfrentar, conforme o globalismo neoconservador avança, padronizando a educação e permitindo uma intervenção mais direta de organizações com interesses neoconservadores e neoliberais.

Nesse cenário, ganham força discursos que apontam para o suposto fracasso da escola pública, enaltecem a eficiência das instituições privadas, defendem uma educação focada no desenvolvimento de competências técnicas e práticas voltadas para o mercado de trabalho, além de apresentarem a tecnologia como a solução para os problemas educacionais. Também se passa a enxergar a escola como um meio para transmitir valores tradicionais e preservar a ordem social. Por isso, torna-se crucial destacar os impactos desse tipo de pensamento/movimento na educação.

Ao analisar esse cenário, Faria (2011) destaca o papel ativo de intelectuais brasileiros na promoção do novo receituário pedagógico pós-moderno, implementado sob as influências neoliberais, neotecnicistas, instrumentalistas e neoconservadoras. A autora argumenta que as ideias para a educação não foram apenas concebidas e prescritas por organismos internacionais defensores da reprodução capitalista, mas encontraram ressonância e defesa entre intelectuais brasileiros alinhados teoricamente com o projeto social burguês.

De acordo com Faria (2018, p. 73), o projeto desses intelectuais alinha-se ao pós-modernismo que, “retira o compromisso da didática com o ensino”. A autora alerta para os retrocessos que essa perspectiva pode acarretar. Nesse contexto, as discussões não partem de um projeto de formação focado no ensino, mas da sociologização do pensamento pedagógico, do discurso universalista da didática e do relativismo presente na teoria crítica do currículo, local em que o conhecimento se concentra na experiência sociocultural dos estudantes.

Faria (2018) concebe o pós-modernismo como uma ideologia que influencia tanto a vida cotidiana das pessoas, moldando seus modos de pensar, sentir e agir, quanto a pesquisa acadêmica, que passa a produzir resultados incapazes de esclarecer concretamente os problemas da realidade. Isso, segundo a autora, elimina as possibilidades de se criar meios teóricos e práticos que viabilizem ações para a superação dos desafios enfrentados pelo homem em seu processo de humanização.

Faria (2011) observa que, no contexto do movimento pós-moderno, surgiram questionamentos à didática crítica e dialética. Para a autora, uma crítica genuína deve apreender os fenômenos em suas raízes, que, no caso do homem, estão intrinsecamente ligadas ao seu ser histórico. Assim, a razão teórica deve se dedicar a compreender a prática social dos homens dentro da dinâmica de seu desenvolvimento contemporâneo, captando os novos processos e caminhos a serem explorados na busca pela emancipação humana.

Convém notar que essa crítica superficial à didática é sustentada pela reorientação político-econômica e pela predominância do capital, sob a influência da ideologia pós-moderna. Conforme Libâneo (2017), isso se manifesta na imposição de currículos prescritivos, que resultam na mecanização das aprendizagens e na desvalorização, bem como na intensificação do trabalho dos professores.

Organismos multilaterais, especialmente aqueles de base creditícia, como o Banco Mundial, não apenas financiam projetos voltados à educação, mas orientam as políticas educacionais com base em perspectivas econômicas e de mercado, visando à perpetuação do sistema capitalista e à manutenção do poder nas mãos dos grupos dominantes, perpetuando, assim, as desigualdades.

Esses organismos, adotando uma visão instrumental e tecnicista, promovem um modelo de educação de qualidade que é essencialmente pautado em bases mercadológicas. A prioridade é a formação no menor tempo e com o me-

nor investimento possível, sempre em defesa dos interesses do mercado (Fonseca, 2020).

Essas tendências neotecnicista, neoconservadora e instrumentalista representam uma ameaça à didática crítica e dialética, que valoriza a reflexão crítica sobre a realidade social e a promoção da transformação social por meio da educação. Além disso, o discurso neoconservador, que enfatiza a transmissão de valores tradicionais e a disciplina, reforça a manutenção de desigualdades sociais e a exclusão de grupos minoritários e marginalizados. Ao reduzir a educação a uma mera transmissão de informações técnicas e habilidades práticas, nega-se o papel da escola na formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres. A didática crítica, por sua vez, busca valorizar as diversidades e promover a transformação social por meio do diálogo e da reflexão sobre as desigualdades e injustiças presentes na sociedade.

É crucial, portanto, valorizar a didática crítica e dialética como um meio eficaz de formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de transformar a realidade social em que vivem. Nesse sentido, a obscuridade em torno da didática reflete a falta de clareza e consenso sobre a melhor abordagem para a prática pedagógica, particularmente no que se refere à formação de indivíduos emancipados e engajados.

Nessa junção, entende-se que essa falta de clareza na didática é resultado do embate entre diferentes abordagens pedagógicas e ideológicas que permeiam o campo da educação. A abordagem crítica e dialética se posiciona como uma resistência ativa contra a influência dessas correntes neoliberais e neotecnológicas, buscando preservar e promover uma educação emancipatória e transformadora.

Didática crítica: resistência às políticas curriculares tecnocráticas neoliberais

“A crítica à didática crítica não é crítica”.
(Faria, 2011)

Ao iniciar esta seção com a afirmação de Faria (2011), retoma-se a discussão anterior, introduzindo elementos que evidenciam os movimentos de resistência às políticas educacionais desenvolvidas no contexto do neoliberalismo. Pimenta (2019, p. 19) contribui ao contextualizar a interferência do neoliberalismo na educação dizendo que “[...] nesta segunda década do século XXI, assistimos ao avanço mercadológico das políticas alinhadas ao neoliberalismo, que pregam uma transformação nos cursos de licenciatura e proclamam um ‘praticismo’ na formação profissional docente”. A autora destaca que, nesse cenário, surgem questões relacionadas à manutenção do *status quo* e aos interesses dos grupos no poder.

Pimenta (2019) esclarece que esses grupos defendem uma didática instrumental, baseada na lógica da competência e alinhada aos interesses dos financistas da educação. Nesse modelo, o professor é visto como um executor de roteiros e a formação dos estudantes de classes menos favorecidas é reduzida a uma prática desvinculada da teoria. Os objetivos educacionais, assim, se concentram na formação de capital humano voltado para a produção de valor econômico, deixando de lado a democratização do conhecimento e o desenvolvimento intelectual e crítico dos sujeitos.

Verifica-se que esse modelo educacional tecnocrático é amplamente reforçado por algumas políticas curriculares, que, sob a ótica neoliberal, moldam o currículo escolar com foco em habilidades práticas e competências voltadas para o mercado, em detrimento de uma formação crítica. As políticas de currículo, dessa forma, operam como mecanismos de manutenção da lógica de produção e adaptação ao capital, sem espaço para a reflexão sobre desigualdades ou mudanças estruturais na sociedade. Nesse sentido, o campo do currículo inscreve-se no campo de reflexões políticas e epistemológicas mais amplas (Oliveira, 2013).

Portanto, os movimentos contrários à didática crítica e dialética não surgem ao acaso;

eles refletem apoio intencional ao tecnicismo e ao instrumentalismo, baseando-se em uma concepção de ensino acrítico. Conforme Faria (2019, p. 193), a didática crítica e dialética aponta para a “[...] ideia da necessidade de mudança, de alteração das condições sociais, econômicas e políticas”. De acordo com Pimenta (2021), seu foco está na formação crítica do sujeito em bases teóricas e epistemológicas, capacitando-o a compreender como as condições de humanização foram produzidas na contemporaneidade. Em outras palavras, trata-se de uma formação que fornece ao indivíduo as ferramentas necessárias para transformar a realidade desigual em que vive.

Nesse contexto, as políticas curriculares precisam ser analisadas de forma crítica, pois podem desempenhar papel central na reprodução das desigualdades e na adaptação das práticas pedagógicas às demandas mercadológicas. A resistência a essas políticas se dá por meio da didática crítica e dialética, que visa à transformação social e não apenas à adaptação ao *status quo*.

Vieira (2002) aborda a elaboração do currículo como um meio de exercer controle disciplinar sobre o processo educativo e a identidade dos docentes. Segundo o autor, as políticas curriculares, desde os anos 1990, têm buscado padronizar o ensino conforme as exigências do mercado, moldando o trabalho educativo e a identidade dos professores de acordo com as necessidades do capitalismo neoliberal.

A práxis, nesse sentido, é um processo em construção, uma unidade indissolúvel entre teoria e prática. No entanto, para compreendê-la, o professor, na qualidade de intelectual orgânico, necessita de uma sólida formação teórica que, conforme Pimenta (2021), o capacita a ler, problematizar, analisar, interpretar e avaliar criticamente a educação, propondo alternativas às problemáticas que o ensino apresenta como prática social. Freire (1991) também ressalta a importância da coerência entre o que o educador defende intelectual-

mente e o que pratica no dia a dia, sublinhando o desafio de alinhar crítica e ação.

A partir dessa concepção freiriana, compreende-se a indissociabilidade entre as diferentes instâncias e dimensões da reflexão social e curricular e sua fundamentalidade para que o educador não se torne um mero reproduzidor das estruturas de controle impostas pelas políticas curriculares neoliberais.

Ao contextualizar as práticas pedagógicas, o ensino e a pesquisa, firmados na dialética e nas categorias da contradição e da totalidade, podem tornar-se objetos de análise crítica, considerando de maneira mais contundente as interfaces entre a escola e a sociedade. Nesse contexto, a didática se estabelece como um movimento de resistência ao neoliberalismo, fundamentada em um fazer dialético, crítico e emancipatório, que tem como base o ensino investigativo e o diálogo na sala de aula. Esse diálogo pode possibilitar um universo comum entre professor e estudantes, promovendo a construção de sentidos e propiciando transformações. Trata-se de um processo orientado para a compreensão das estruturas e determinações dos fenômenos sociais, bem como para a criação de elementos que permitam sua transformação.

Além disso, a resistência ao neoliberalismo na educação passa pela necessidade de repensar as políticas curriculares tecnocráticas que tendem a homogeneizar os saberes e restringir o espaço de autonomia crítica dos sujeitos. O currículo, enquanto prática social, deve ser reapropriado por uma pedagogia dialética que promova a diversidade de saberes e perspectivas, em oposição à padronização imposta por essas políticas.

Por fim, a didática como resistência ao neoliberalismo “[...] institui-se nas categorias da totalidade, da mediação, da contradição, da historicidade, logo, constitui-se em oposição à neutralidade” (Pimenta, 2021). Em contraposição às contribuições da didática para a formação libertadora do sujeito, forma-se um movimento obscurantista que vem ganhando

espaço no campo educacional, exigindo a reafirmação da didática como resistência a esse ideário.

Diante dessas reflexões, compreende-se que a didática, quando estruturada em bases neoliberais, é instrumentalizada para fins de adaptação ao mercado, sendo orientada pelas lógicas de eficiência, controle e produtividade. Esse processo desarticula seus potenciais emancipatórios, reduzindo a educação a uma prática tecnicista e mercadológica.

Por meio das políticas curriculares, essa instrumentalização se manifesta de forma estruturada, moldando o currículo escolar e a formação docente de acordo com as demandas econômicas, sem espaço para a crítica ou para a reflexão sobre transformações sociais profundas. No entanto, essa apropriação não determina de forma absoluta a prática pedagógica.

Conforme advertido por Morin (1995), nos processos sociais, é difícil separar claramente o que é produto e o que é produtor, pois ambos se constituem mutuamente em um ciclo ininterrupto. As políticas educacionais e as práticas pedagógicas se influenciam reciprocamente, de modo que as práticas cotidianas também produzem as políticas que inicialmente as moldaram. Nesse sentido, é possível e necessário superar essa instrumentalização por meio da reapropriação crítica e dialética da didática, resgatando-a como um campo de reflexão e ação que visa a formação de sujeitos críticos, autônomos e transformadores.

Essa abordagem crítica permite que a didática se constitua como espaço de resistência, promovendo uma mediação consciente sobre os valores culturais e sociais hegemônicos, capacitando o aprendiz a reconhecer as contradições da realidade social e a atuar de maneira transformadora, ao invés de apenas adaptar-se às demandas do capital. Dessa forma, as políticas educacionais e práticas pedagógicas devem ser vistas como partes de um processo social contínuo e dialógico, em que uma influência é influenciada pela outra. Assim, a superação da apropriação neoliberal da didática passa

pela reafirmação de seus princípios emancipatórios, alicerçados em uma prática pedagógica comprometida com a transformação social e a construção de uma consciência crítica.

Para não finalizar...

Conclui-se este texto retomando as reflexões de Pimenta (2021), que levantam questões cruciais: quem se beneficia com a negação da verdade e do conhecimento objetivo? Quem se beneficia ao impedir que os oprimidos e os estudantes aprendam a pensar de forma crítica? Ao refletir sobre essas questões, torna-se evidente o grande embate que ocorre na educação, especialmente no campo da didática e das políticas curriculares, em torno do conhecimento, do ensino e dos sujeitos envolvidos. Esse campo revela uma realidade complexa, multifacetada e discriminatória que precisa ser superada. Contudo, essa superação só será possível por meio da construção e mobilização de conhecimentos diversos e integrados, além de uma crítica aprofundada às políticas curriculares que reforçam as desigualdades e limitam a formação crítica dos estudantes.

Em suma, a análise apresentada neste artigo destaca a urgência de um movimento crítico e analítico por parte dos pesquisadores da didática, diante das implicações do neoliberalismo na organização política, econômica, social e cultural do país e suas consequências para a educação brasileira. As políticas curriculares tecnocráticas, que buscam padronizar o ensino e adaptá-lo às exigências do mercado, desempenham um papel central na reprodução dessas desigualdades e na limitação do desenvolvimento crítico e emancipatório dos sujeitos. O embate constante no campo do conhecimento e da prática educacional é moldado pela lógica perversa do capitalismo, materializando-se tanto nas políticas de currículo quanto nas práticas diárias das salas de aula e na rotina de professores e estudantes.

Nesse cenário, o movimento de resistência da didática ao neoliberalismo, neotecnicismo,

instrumentalismo e neoconservadorismo é imperativo para constituir e difundir os saberes essenciais à construção do pensamento crítico e à desalienação. Além disso, é crucial que as políticas curriculares sejam repensadas e reapropriadas de forma crítica, para que contribuam para a formação de sujeitos autônomos e transformadores, em vez de meros reprodutores das demandas mercadológicas. Somente assim será possível fomentar as transformações sociais e mecanismos capazes de libertar os sujeitos de sua condição de opressão.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.
- CASTANHO, Maria Eugênia E. Montes; CASTANHO, Sergio Eduardo Montes. Contribuição ao estudo da história da didática no Brasil. In: Reunião Anual da ANPEd, 31, 2008, Caxambu, MG. In: **Anais [...]**, v. 1, p. 1-18. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT04-4031--Int.pdf/>. Acesso em: 21 jan. 2023
- FARIA, Lenilda Rêgo Albuquerque. **As orientações educativas contra-hegemônicas das décadas de 1980 e 1990 e os rebatimentos pós-modernos na didática a partir da visão de estudiosos**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- FARIA, Lenilda Rêgo Albuquerque. As orientações educativas contra-hegemônicas em face dos questionamentos pós-modernos. E a didática com isso? In: MARIN, Alda Junqueira; PIMENTA, Selma Garrido. **Didática**: teoria e pesquisa. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2015.
- FARIA, Lenilda Rêgo Albuquerque de. As orientações educativas contra-hegemônicas em face dos questionamentos pós-modernos. E a didática com isso? In: MARIN, Alda Junqueira; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). **Didática**: teoria e pesquisa. 2. ed., Araraquara, SP: Junqueira & Marin/Ceará: UECE, 2018. p. 67-80.
- FARIA, Lenilda. O movimento da didática crítica: contexto, razões e proposições. In: Monteiro, Silas Borges. **Coleção Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**: Didática, saberes docentes e formação, v.1. / Silas Borges Monteiro; Polyana Olini. (orgs.). Cuiabá-MT: EdUFMT/Editora

Sustentável, 2019. (Formato E-book). 247p.

FONSECA, Maria Aparecida Rodrigues da. **Qualidade da educação superior e a distância no Brasil: entre o revelado e o velado**. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11236/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Maria%20Aparecida%20Rodrigues%20da%20Fonseca%20-%202020.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Renovar a crítica didática: uma forma de resistência às práticas pedagógicas instituídas pelas políticas neoliberais. In: SILVA, Marco; ORLANDO, Cláudio; ZEN, Giovana (orgs.). **Didática: abordagens teóricas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 65. (XIX ENDIPE, 1). XIX Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Salvador, Bahia, 3 a 6 de setembro de 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30770/1/Did%C3%A1tica%20-%20Abordagens%20te%C3%B3ricas%20contempor%C3%A2neas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. A teoria do ensino para o desenvolvimento humano e o planejamento de ensino. *Revista Educativa – Revista de Educação*. Goiânia, v. 19, n. 2, p. 353-387, 2017. DOI: 10.18224/educ.v19i2.5391. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5391>. Acesso em: 20 out. 2023.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e190901, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/>. Acesso em: 20 out. 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2009.

MACEDO E SILVA, Antonio Carlos. A economia de Keynes, a busca de uma nova teoria econômica e a “armadilha do equilíbrio”. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 5, pág. 111-158, dez. 1995.

Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/434/05-ACARLOS5.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

NEGREIROS, Taíse Cristina Gomes Clementino de. **Tempo de aprendizagem flexível: as novas tendências de aprendizagem mediadas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação para a classe trabalhadora**. Recife: Ed. UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/366/376/1106?inline=1>. Acesso em: 2 maio 2023.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A didática e seu objetivo de estudo. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n. 8, p. 36-41, dez. 1988. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981988000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2023.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Currículo e processos de aprendizagem-ensino: políticas-práticas educacionais cotidianas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013. ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/oliveira.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

PIMENTA, Selma Garrido. As ondas críticas da didática em movimento de resistência ao tecnicismo/neotecnicismo neoliberal. In: SILVA, Marco; ORLANDO, Cláudio; ZEN, Giovana (orgs.). **Didática: abordagens teóricas contemporâneas**. [e-book]. Salvador: EDUFBA, 2019. 336 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30770/>. Acesso em: 4 maio 2022.

PIMENTA, Selma Garrido. **O ideário pós-moderno e a didática crítica reafirmada: diferentes perspectivas em movimento**. 12 de abril de 2021. 1 vídeo (1:58:23). [Live]. (2021). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YxJ6dMv7sps>. Acesso em: 4 maio 2022.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. **Didática e trabalho docente sob a ótica do pensamento complexo e da transdisciplinaridade**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2015.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Campo didático em contraposição ao neoliberalismo e ao neotecnicismo: apontamentos sobre perspectivas interculturais, complexas, transdisciplinares e sensíveis. In: **Anais da Reunião Nacional da**

ANPED, 40, Pará, 2021. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/educpraticaliberdade-cartasdaamazonia-anped-edua.pdf>. Acesso em: 3 maio 2023.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Entre Brechas e Bifurcações a Didática Segue em Movimento e em Contraposição ao Neoliberalismo/Neotecnicismo. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 29, n. 3, 2022. DOI: 10.18764/2178-2229v29n3.2022.46. Disponível em: [https://](https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/19601)

periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/19601. Acesso em: 3 maio 2023.

VIEIRA, Jarbas Santos. Política educacional, currículo e controle disciplinar: implicações sobre o trabalho docente e a identidade do professorado. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 111-136, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2002/vol2/no2/6.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

Recebido em: 25/09/2024

Aprovado em: 07/02/2025



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.